

Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico-Administrativo em Educação 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTADOR

UNIRIO

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

DRH - Departamento de Recursos Humanos

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

COSEA - Coordenação de Seleção e Acesso

- 1)** Desde a Antiguidade, a contabilidade precisa de três elementos básicos conhecidos como
- Ativos, passivos e receitas.
 - Bens, direitos e obrigações.
 - Números, escrita e moeda.
 - Credor, devedor e fiador.
 - Fato, valor e norma.
- 2)** Em relação às noções preliminares da contabilidade, o princípio da prudência determina
- o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas.
 - a atualização da sua expressão formal.
 - o recebimento efetivo de doações e subvenções.
 - a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo.
 - a aplicação da Resolução CFC 530/81.
- 3)** Em seus aspectos essenciais, o termo “patrimônio” refere-se ao conjunto de
- garantias mobiliárias e imobiliárias que suportam o crédito.
 - valores quirografários que sustentam a atividade contábil.
 - direitos e obrigações juridicamente garantidas pelo balanço fiscal.
 - créditos a receber pelos bens vendidos ou serviços prestados.
 - bens e direitos pertencentes a uma pessoa ou empresa.
- 4)** Diretamente vinculados aos bens e aos direitos de uma empresa, os “ativos” referem-se aos
- salários a pagar.
 - itens positivos do patrimônio.
 - encargos sociais a vencer.
 - catálogos de clientes e fornecedores.
 - empréstimos bancários que financiam a empresa.
- 5)** Da soma dos bens e dos direitos, subtraídas as obrigações, resulta
- a riqueza bruta.
 - o patrimônio líquido.
 - o saldo devedor.
 - a situação ativa.
 - o extrato consolidado.
- 6)** O “passivo exigível” é conhecido no mercado financeiro como
- riqueza líquida.
 - dívidas com terceiros.
 - créditos quirografários.
 - depósitos compulsórios
 - situação líquida.
- 7)** Os recursos que os proprietários, investem, inicialmente, na empresa é denominado capital do tipo
- Próprio.
 - Subscrito.
 - Integralizado.
 - Nominal.
 - Autorizado.

8) O objeto da Contabilidade, em sentido amplo, é

- a) a Administração Pública.
- b) Tesouro Nacional.
- c) a poupança.
- d) o patrimônio.
- e) o PIB.

9) Assinale as assertivas a respeito dos conceitos e do campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público.

I. O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público abrange as entidades do setor público, exceto as empresas estatais financeiras, como o Banco do Brasil S/A, que deverá demonstrar as contas aos acionistas por meio da contabilidade empresarial.

II. A função social da contabilidade aplicada ao setor público deve refletir o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias para a tomada de decisão.

III. Além dos bens públicos, constitui objeto da contabilidade aplicada ao setor público a execução dos orçamentos públicos, a programação e a execução financeira, as variações patrimoniais e os contratos administrativos, entre outros.

IV. Na contabilidade pública o ingresso ou o dispêndio é considerado receita ou despesa, respectivamente, independente da afetação ou não do patrimônio líquido.

Considere como Verdadeiras (**V**) ou Falsas (**F**) as assertivas. A sequência **CORRETA**, respectivamente, a respeito dos conceitos e do campo de aplicação da contabilidade é

- a) V, V, F, V.
- b) V, F, F, F.
- c) V, V, V, V.
- d) F, F, V, F.
- e) F, V, V, F.

10) A dívida fluante compreende vários compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária da Administração Pública.

De acordo com o descrito no Decreto 93.872/86, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, **NÃO** se trata de compromisso da dívida fluante

- a) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- b) as operações de crédito por antecipação de receita.
- c) os depósitos, inclusive consignações em folha.
- d) os precatórios.
- e) o papel-moeda ou moeda fiduciária.

11) De acordo com a Lei 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Consideram-se Restos a Pagar

- a) as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, não distinguindo-se as processadas das não processadas.
- b) as despesas empenhadas e processadas e pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se das não processadas.
- c) as despesas empenhadas e liquidadas até o dia 31 de dezembro.
- d) as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- e) os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência do orçamento fiscal até o dia 31 de dezembro, que não tenham sido liquidados.

12) Considere para os efeitos do Empenho da Despesa, o Decreto 93.872/86, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional e analise as assertivas.

I. O empenho importa deduzir seu valor de dotação adequado à despesa a realizar, no exercício financeiro nela legalmente empenhadas. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Em caso de urgência caracterizada na legislação em vigor, admitir-se-á que o ato do empenho seja contemporâneo à realização da despesa.

II. Quando os recursos financeiros indicados em cláusula de contrato, convênio, acordo ou ajuste, para execução de seu objeto, forem de natureza orçamentária, não deverá constar, da própria cláusula, a classificação programática e econômica da despesa.

III. Somente poderão ser firmados contratos à conta de crédito do orçamento vigente, para liquidação em exercício seguinte, se o empenho satisfizer as condições estabelecidas para o relacionamento da despesa como Restos a Pagar.

IV. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria, exceto em caso de urgência caracterizada na legislação em vigor, admitindo-se custo excedentes dos limites previamente fixados em lei ou portaria.

Considere como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as assertivas. A sequência **CORRETA**, respectivamente, a respeito dos conceitos jurídicos do Decreto 93.872/86 é

- a) V, F, V, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, F, F.
- d) F, F, V, F.
- e) V, V, V, F.

13) Para o efeito conceitual de Receita e despesa públicas descritas na Lei 4.320/64, analise as assertivas abaixo.

I. São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

II. São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, como as Inversões Financeiras as dotações destinadas à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

III. Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, como também as Transferências Correntes para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

IV. Tributo e a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e as contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Considere como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as assertivas. A sequência **CORRETA**, respectivamente, a respeito dos conceitos jurídicos da Lei 4.320/64 é a seguinte:

- a) F, V, F, V.
- b) V, F, F, V.
- c) V, F, F, F.
- d) F, F, V, F.
- e) V, V, V, F.

14) O objeto da Contabilidade Pública são os

- a) bens Públicos.
- b) bônus do Tesouro Nacional.
- c) títulos da Dívida Ativa.
- d) créditos Imobiliários.
- e) direitos de Preferência.

15) Para fins didáticos, é possível dividir a Lei Orçamentária Anual nas seguintes partes

- a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social / Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.
- b) Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais / Orçamento dos Poderes Públicos.
- c) Orçamento dos Poderes Públicos / Orçamentos dos Entes Federativos.
- d) Orçamento dos Entes Federativos / Orçamento dos Servidores Cíveis e Militares.
- e) Orçamento dos Servidores Cíveis e Militares / Orçamento das Autarquias e Empresas de Economia Mista.

16) A empresa que **NÃO** caracteriza uma Empresa Estatal Dependente é aquela

- a) que recebe do ente controlador recursos para pagamento de pessoal e custeio.
- b) controlada pelo ente público.
- c) supervisionada pelo Ministério Público Federal.
- d) cujos recursos estão submetidos ao limite temporal da Resolução SF 40/2001.
- e) cujos recursos estão submetidos ao limite circunstancial da Portaria STN 589/2001.

17) Quanto à natureza econômica, as empresas estatais podem ser financeiras ou não-financeiras. O exemplo que **NÃO** corresponde a uma empresa estatal financeira é

- a) BB.
- b) EMBRAPA.
- c) CEF.
- d) BACEN.
- e) BNDES.

18) Conceitualmente, Receita Pública é definida como

- a) Regras de acesso ao Patrimônio Público, regulamentadas por leis ou por atos normativos próprios.
- b) Acessos fiscais e financeiros ao Tesouro Nacional, tendo como propósito o pagamento de direitos e deveres patrimoniais e não patrimoniais.
- c) Ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas.
- d) Ações de fiscalização, auditoria e controle dos bens públicos realizados pela Secretaria do Tesouro nacional com vistas à preservação da soberania nacional.
- e) Direitos e deveres relativos ao exercício financeiro da União, dos estados e dos municípios, bem como também do Distrito Federal.

19) A norma que regulamenta a elaboração, controle dos orçamentos e balanços de todos os entes da federação é a Lei nº

- a) 8.112/90.
- b) 8.666/93.
- c) 6.815/80.
- d) 5.869/73.
- e) 4.320/64.

20) De acordo com os conceitos contábeis e orçamentários estabelecidos, a Receita Pública pode ou não

- a) legislar sobre os princípios e as regras que deverão nortear o orçamento público.
- b) auditar os gastos com pessoal técnico e administrativo do Poder Executivo.
- c) julgar as contas públicas e os planos de investimento do setor público.
- d) inocentar o administrador público indiciado por fraude orçamentária.
- e) provocar variação na situação patrimonial líquida.

21) A Receita Pública Efetiva é aquela em que as/os:

- a) Ações liberativas dos recursos já foram despachadas pelo Ministério da Fazenda.
- b) Práticas contábeis já referendaram os balancetes apresentados pelos gestores públicos.
- c) Ativos financeiros postos efetivamente à disposição do gestor público já foram orçadas pelo Congresso Nacional e liberadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- d) Ingressos de disponibilidades de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
- e) Ônus decorrentes dos gastos públicos já foram contabilizados e as despesas correntes já estão devidamente autorizadas pelo orçamento público de um determinado ano fiscal.

22) Analise a assertiva abaixo:

“Arrecadação da Receita Pública é a aplicação do regime orçamentário de caixa descrito no Art. 35 da Lei nº 4.320/64, que resulta em registro do ingresso de recursos entregues pelos contribuintes ou devedores, provenientes de receitas reconhecidas anteriormente ou no momento do recebimento”.

(Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas Públicas: manual de procedimentos aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios**. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. – 3. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2006).

O registro obrigatório requerido na arrecadação da Receita Pública é denominado

- a) Registro efetivo de ingressos.
- b) Registro contábil.
- c) Registro real.
- d) Fluxo financeiro.
- e) Anotação cartorial.

23) A Contabilidade Pública projeta um foco privilegiado sobre o orçamento aprovado, em especial sobre o acompanhamento da execução orçamentária. Por isso, é correto afirmar que a Contabilidade Pública brasileira possui um enfoque, predominantemente,

- a) patrimonial.
- b) legislativo.
- c) orçamentário.
- d) pecuniário.
- e) jurídico.

24) Nas Ciências Contábeis, os “fatos contábeis permutativos” são aqueles que geram a troca de saldos das contas de

- a) títulos, dívidas e receitas, oportunizando a flexibilização da gestão contábil.
- b) títulos, dívidas e receitas, sem permitir a flexibilização da gestão contábil.
- c) gestão, orçamento e patrimônio, sem vincular o administrador público.
- d) bens, direitos e obrigações, alterando a situação líquida patrimonial.
- e) bens, direitos e obrigações, sem afetar a situação líquida patrimonial.

25) As variações patrimoniais ativas e passivas podem ser

- a) públicas ou privadas.
- b) legais ou extra-legais.
- c) produtivas ou improdutivas.
- d) preferenciais ou Ordinárias.
- e) orçamentárias ou extra-orçamentárias.

26) Na Contabilidade Pública, as “variações ativas orçamentárias” podem ser as seguintes

- a) bens, Direitos e Prerrogativas.
- b) débitos, Créditos e Direitos Ativos.
- c) títulos, Dívidas e Receitas Preferenciais Ativas.
- d) receita, Interferências Ativas ou Mutação Ativa.
- e) patrimoniais, Quirografárias ou Extra-Judiciais.

27) As “variações passivas orçamentárias” são conhecidas como

- a) Despesa, Interferências Passivas ou Mutação Passiva.
- b) Títulos, Dívidas e Receitas Preferenciais Passivas.
- c) Bens, Direitos pré-judiciais e Prerrogativas.
- d) Patrimoniais, Quirografárias ou Judiciais.
- e) Débitos, Créditos e Direitos Passivos.

28) Em seus aspectos gerais, a receita corresponde à venda de mercadorias ou

- a) ao consumo de bens ou serviços.
- b) à aquisição de empréstimos.
- c) ao balanço patrimonial.
- d) à prestação de serviços.
- e) à variação do patrimônio líquido.

29) Analise a definição abaixo:

“A auditoria pode ser definida como: “A técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permita julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, o resultado e as demais situações nelas demonstradas.”

(FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 1991. Apud: SANTOS, José Luís Sousa; SOUZA, Sílvio Chiarot de. **Qualidade Em Auditoria Fiscal – Contábil**. Centro de Capacitação Profissional Avançada CPA/UFBA. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Auditoria Fiscal-Contábil. Salvador, maio, 2011).

Os elementos examinados na Auditoria buscam o

- a) Capital social.
- b) Plano de contas.
- c) Balanço de ganhos e perdas.
- d) Resultado do período administrativo examinado.
- e) Reflexo das operações nos demonstrativos contábeis.

30) Os instrumentos utilizados pela administração para vigiar, fiscalizar e conferir, com reflexos patrimoniais, com vistas a controlar os acontecimentos dentro da empresa são denominados

- a) ativos Circulantes.
- b) ativos imobilizados.
- c) controles internos.
- d) variações patrimoniais.
- e) procedimentos contábeis.

31) O ramo do saber-fazer contábil que visa a fundamentar as informações demandadas pelo juízo, mostrando a veracidade dos fatos de forma imparcial e merecedora de fé, sendo, pois, dessa forma, um meio de prova para que o juiz possa cumprir seu mister é denominado

- a) Juízo de exequibilidade.
- b) Auditoria patrimonial.
- c) Parecer normativo.
- d) Plano de contas.
- e) Perícia contábil.

32) A perícia contábil é composta por três fases básicas, a saber: preliminar, operacional e final. A opção que possui, integralmente, características ou elementos da fase operacional é

- a) Requerimento da perícia ao juiz pela parte interessada; escolha do perito e entrega do laudo.
- b) Formulação dos quesitos; proposição de honorários; e requisição de depósitos.
- c) Início da perícia e diligências; curso do trabalho; e elaboração do laudo.
- d) Assinatura do laudo; Entrega do laudo; Levantamento dos honorários.
- e) Cientificados da indicação pelo perito; fixação, pelo juiz, do prazo, local e hora para o início da perícia, levantamento dos honorários.

33) “Desde 1916, o francês Jules Henri Fayol, em sua obra *Administração Industrial e Geral*, já defendia que as empresas eram *conjuntos de funções* (técnicas, comerciais, financeiras, segurança, contábil e administrativas). Assim, com o desenvolvimento do pensamento empresarial e acadêmico, para efetuar o acompanhamento e controle da função administrativa, era necessário estabelecer mecanismos que proporcionassem bases seguras na condução das atividades empresariais. Nesse sentido, surgiram as técnicas orçamentárias que conhecemos, dentre elas, o *Orçamento Público*.”

(GONÇALVES, Antônio Carlos da Cunha. *O orçamento público brasileiro. Suas origens, princípios norteadores e forma de execução*. Jus Navigandi, março, 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/14940/o-orcamento-publico-brasileiro>. Acesso em: 30/09/2012).

Em seus aspectos mais simples, o Orçamento Público pode ser definido como

- a) instrumento de planejamento e execução das finanças públicas.
- b) forma de se escriturar a contabilidade pública.
- c) documento formal no qual constam os planos anuais da administração pública.
- d) modalidade de auditoria dos gastos públicos.
- e) conjunto de princípios e regras que organizam as demonstrações contábeis.

34) O princípio pelo qual a autorização legislativa do gasto deve ser renovada a cada ano chama-se princípio da/do

- a) *Equilíbrio Orçamentário*.
- b) *Legalidade da despesa*.
- c) *Devido processo legal*.
- d) *Reserva do Possível*.
- e) *Anualidade*.

35) Quanto à regularidade, as Receitas Públicas são divididas em

- a) Orçamentária e extraorçamentária.
- b) Originária e derivada.
- c) Efetiva e não Efetiva.
- d) Públicas e Privadas.
- e) Ordinárias e extraordinárias.

36) Em nível geral, o conjunto dos pagamentos efetuados pelos agentes pagadores da administração pública é denominado

- a) receita Pública.
- b) despesa Pública.
- c) regime Contábil.
- d) regime Patrimonial.
- e) suprimimento de Fundos.

37) A Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação correlata visam, fundamentalmente, a

- a) aprimorar a gestão fiscal e o equilíbrio das finanças públicas.
- b) impedir o desvio dos recursos públicos e deter agentes públicos corruptos.
- c) regulamentar o art. 1º da Constituição Federal de 1988.
- d) revogar a Lei Geral de Finanças Públicas (Lei 4.320/64)
- e) combater a inflação e promover o crescimento do orçamento público.

38) Uma das principais inovações no Planejamento e no Orçamento Público presentes no bojo da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem o objetivo precípua de

- a) contribuir para o PIS e o PASEP.
- b) regulamentar as transferências constitucionais e legais aos estados e municípios.
- c) orientar os orçamentos anuais e fixar as prioridades para o exercício seguinte.
- d) deduzir receitas para a formação do FUNDEF.
- e) transferir recursos derivados da “Lei Kandir”.

39) No Balanço Orçamentário, as receitas públicas são detalhadas e divididas em duas categorias básicas conhecidas como

- a) Tributárias e Patrimoniais.
- b) Correntes e de Capital.
- c) Industriais e de Serviços.
- d) Transferências e Alienações
- e) Débitos e Créditos.

40) O Plano de Contas parametriza a execução contábil, sendo, pois, atinente aos atos e aos fatos da gestão financeira, orçamentária e patrimonial por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Assim considerada, o Plano de Contas tem o propósito maior de

- a) reduzir o déficit público.
- b) consolidar a dívida pública.
- c) auditar as contas públicas.
- d) eliminar as variações patrimoniais.
- e) padronizar os registros contábeis.

Texto 1

Escavidão

José Roberto Pinto de Góes

Uma fonte histórica importante no estudo da escravidão no Brasil são os “relatos de viajantes”, geralmente de europeus que permaneciam algum tempo no Brasil e, depois, escreviam sobre o que haviam visto (ou entendido) nesses trópicos. Existem em maior número para o século XIX. Todos se espantaram com a onipresença da escravidão, dos escravos e de uma população livre, mulata e de cor preta. O reverendo Roberto Walsh, por exemplo, que desembarcou no Rio de Janeiro em finais da década de 1820, deixou o seguinte testemunho: "Estive apenas algumas horas em terra e pela primeira vez pude observar um negro africano sob os quatro aspectos da sociedade. Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele. Como um escravo desprezado era muito inferior aos animais de carga... soldado, o negro era cuidadoso com a sua higiene pessoal, acessível à disciplina, hábil em seus treinamentos, com o porte e a constituição de um homem branco na mesma situação. Como cidadão, chamava a atenção pela aparência respeitável... E como padre... parecia até mais sincero em suas ideias, e mais correto em suas maneiras, do que seus companheiros brancos”.

Em apenas algumas horas caminhando pelo Rio de Janeiro, Walsh pôde ver, pela primeira vez (quantos lugares o reverendo terá visitado?), indivíduos de cor preta desempenhando diversos papéis: escravo, soldado, cidadão e padre. Isso acontecia porque a alforria era muito mais recorrente aqui do que em outras áreas escravistas da América, coisa que singularizou em muito a nossa história.

Robert Walsh escreveu que os escravos eram inferiores aos animais de carga. Se quis dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade. Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia. Mas é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos. Não era. Eles sabiam que lidavam com seres humanos e não com animais. Com animais tudo é fácil. A um cavalo, se o adestra. A outro homem, faz-se necessário convencê-lo, todo santo dia, a se comportar como escravo. O chicote, o tronco, os ferros, o pelourinho, a concessão de pequenos privilégios e a esperança de um dia obter uma carta de alforria ajudaram o domínio senhorial no Brasil. Mas, me valendo mais uma vez de Joaquim Nabuco, o que contava mesmo, como ele disse, era a habilidade do senhor em infundir o medo, o terror, no espírito do escravo.

O medo também era um sentimento experimentado pelos senhores, pois a qualquer hora tudo poderia ir pelos ares, seja pela sabotagem no trabalho (imagine um canavial pegando fogo ou a maquinaria do engenho quebrada), seja pelo puro e simples assassinato do algoz. Assim, uma espécie de acordo foi o que ordenou as relações entre senhores e escravos. Desse modo, os escravos puderam estabelecer limites relativos à proteção de suas famílias, de suas roças e de suas tradições culturais. Quando essas coisas eram ignoradas pelo proprietário, era problema na certa, que resultava quase sempre na fuga dos cativos. A contar contra a sorte dos escravos, porém, estava o tráfico transatlântico intermitente, jogando mais e mais estrangeiros, novatos, na população escrava. O tráfico tornava muito difícil que os limites estabelecidos pelos escravos à volúpia senhorial criassem raízes e virasse um costume incontestável.

Fonte: GÓES, José Roberto Pinto de. **Escavidão**. [fragmento]. Biblioteca Nacional, Rede da Memória Virtual Brasileira. Disponível em <http://bndigital.bn.br/redememoria/escavidao.html>. Acesso em ago. 2012.

Texto 2

A escrava Isaura

Bernardo Guimarães

Malvina aproximou-se de manso e sem ser pressentida para junto da cantora, colocando-se por detrás dela esperou que terminasse a última copla.

-- Isaura!... disse ela pousando de leve a delicada mãozinha sobre o ombro da cantora.

-- Ah! é a senhora?! - respondeu Isaura voltando-se sobressaltada.

-- Não sabia que estava aí me escutando.

-- Pois que tem isso?..., continua a cantar... tens a voz tão bonita!... mas eu antes quisera que cantasses outra coisa; por que é que você gosta tanto dessa cantiga tão triste, que você aprendeu não sei onde?...

-- Gosto dela, porque acho-a bonita e porque... ah! não devo falar...

-- Fala, Isaura. Já não te disse que nada me deves esconder, e nada recear de mim?...

-- Porque me faz lembrar de minha mãe, que eu não conheci, coitada!... Mas se a senhora não gosta dessa cantiga, não a cantarei mais. -- Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano. Bem sabes quanto minha boa sogra antes de expirar te recomendava a mim e a meu marido. Hei de respeitar sempre as recomendações daquela santa mulher, e tu bem vês, sou mais tua amiga do que tua senhora. Oh! não; não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar. -- Não quero, -- continuou em tom de branda repreensão, -- não quero que a cantes mais, ouviste, Isaura?... se não, fecho-te o meu piano.

-- Mas, senhora, apesar de tudo isso, que sou eu mais do que uma simples escrava? Essa educação, que me deram, e essa beleza, que tanto me gabam, de que me servem?... são trastes de luxo colocados na senzala do africano. A senzala nem por isso deixa de ser o que é: uma senzala.

-- Queixas-te da tua sorte, Isaura?...

-- Eu não, senhora; não tenho motivo... o que quero dizer com isto é que, apesar de todos esses dotes e vantagens, que me atribuem, sei conhecer o meu lugar.

Fonte: GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. [1ª ed. 1875]. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000057.pdf>. Acesso em ago.2012

Texto 3

Cotas: continuidade da Abolição

Eloi Ferreira de Araújo

Sancionada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi responsável pela libertação de cerca de um milhão de escravos ainda existentes no País. Representou a longa campanha abolicionista de mais de 380 anos de lutas. No entanto, aos ex-cativos não foram assegurados os benefícios dados aos imigrantes, que tiveram a proteção especial do Estado Imperial e mais tarde da República. Foram mais de 122 anos desde a abolição, sem que nenhuma política pública propiciasse a inclusão dos negros na sociedade, os quais são cerca de 52% da população brasileira.

A primeira lei que busca fazer com que o Estado brasileiro inicie a longa caminhada para a construção da igualdade de oportunidades entre negros e não negros só veio a ser sancionada, em 2010, depois de dez anos de tramitação. Trata-se do Estatuto da Igualdade Racial, que oferece as possibilidades, através da incorporação das ações afirmativas ao quadro jurídico nacional, de reparar as desigualdades que experimentam os pretos e pardos. Este segmento que compõe a nação tem em sua ascendência aqueles que, com o trabalho escravo, foram responsáveis pela pujança do capitalismo brasileiro, bem como são contribuintes marcantes da identidade nacional. Ressalte-se que não há correspondência na apropriação dos bens econômicos e culturais por parte dos descendentes de africanos na proporção de sua contribuição para o País.

O Supremo Tribunal Federal foi instado a decidir sobre a adoção de cotas para pretos e pardos no ensino superior público, e também no privado, na medida em que o ProUni foi também levado a julgamento. A mais alta Corte do país decidiu que estas ações afirmativas são constitucionais. Estabeleceu assim, uma espécie de artigo 2º na Lei Áurea, para assegurar o ingresso de pretos e pardos nas universidades públicas brasileiras, e reconheceu a constitucionalidade também do ProUni. (...)

O Brasil tem coragem de olhar para o passado e lançar sem medo as sementes de construção de um novo futuro. Desta forma, podemos interpretar que tivemos o fim da escravidão como o artigo primeiro do marco legal. A educação com aprovação das cotas para ingresso no ensino superior como o artigo segundo. Ainda faltam mais dispositivos que assegurem a terra e o trabalho com funções qualificadas. Daí então, em poucas décadas, e com a implementação das ações afirmativas, teremos de fato um Estado verdadeiramente democrático, em que todos, independentemente da cor da sua pele ou da sua etnia, poderão fruir de bens econômicos e culturais em igualdade de oportunidades.

Fonte: Governo Federal. Fundação Cultural Palmares.
Disponível em <http://www.palmares.gov.br/cotas-continuidade-da-abolicao/>.
Acesso em ago. 2012

Todos se espantaram com a onipresença da escravidão, dos escravos e de uma população livre, mulata e de cor preta.

[Texto 1]

41) De acordo com o autor do **Texto 1**, a justificativa para o espanto a que se refere no trecho destacado está apresentada em:

- Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele.
- Em apenas algumas horas caminhando pelo Rio de Janeiro, Walsh pôde ver, pela primeira vez (...) indivíduos de cor preta desempenhando diversos papéis.
- Quantos lugares o reverendo terá visitado?
- A alforria era muito mais recorrente aqui do que em outras áreas escravistas da América, coisa que singularizou em muito a nossa história.
- Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia.

Mas é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos. Não era. Eles sabiam que lidavam com seres humanos e não com animais. Com animais tudo é fácil. A um cavalo, se o adestra. A outro homem, faz-se necessário convencê-lo, todo santo dia, a se comportar como escravo. [Texto 1]

42) O fragmento destacado acima, retirado do **Texto 1**, encerra uma aparente falta de coerência do autor, já que a ideia presente no segundo período contradiz, de certa forma, o que é dito no primeiro.

Essa aparente incoerência revela o percurso do raciocínio do autor.

Assim, nesse percurso, o raciocínio se movimenta

- a) da tese para a análise.
- b) da análise para a síntese.
- c) da síntese para a suposição.
- d) da hipótese para a tese.
- e) da suposição para a hipótese.

Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia. [Texto 1]

43) Neste fragmento do **Texto 1**, o autor estabelece um vínculo entre o ponto de vista do viajante do século XIX e o nosso ponto de vista, hoje.

O fragmento do **Texto 3** que corrobora a veracidade desse ponto de vista é:

- a) Sancionada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi responsável pela libertação de cerca de um milhão de escravos ainda existentes no País.
- b) A primeira lei que busca fazer com que o Estado brasileiro inicie a longa caminhada para a construção da igualdade de oportunidades entre negros e não negros só veio a ser sancionada, em 2010, depois de dez anos de tramitação.
- c) Representou a longa campanha abolicionista de mais de 380 anos de lutas.
- d) No entanto, aos ex-cativos não foram assegurados os benefícios dados aos imigrantes, que tiveram a proteção especial do Estado Imperial e mais tarde da República.
- e) O Brasil tem coragem de olhar para o passado e lançar sem medo as sementes de construção de um novo futuro.

*O tráfico tornava muito **difícil** que os limites estabelecidos pelos escravos à volúpia senhorial criassem raízes e virasse um costume incontestável [Texto 1]*

44) No período acima, a função sintática do adjetivo grifado é:

- a) Sujeito
- b) Objeto direto
- c) Predicativo do sujeito.
- d) Complemento nominal
- e) Predicativo do objeto direto

Se quis dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade. Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia. Mas é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.

[Texto 1]

45) Os períodos do fragmento acima guardam entre si correlações semânticas, mesmo que não estejam explícitas.

De modo a explicitar correlações semânticas de **condição, causa, comparação e concessão**, o fragmento pode ser reescrito da seguinte forma:

- a) Quando disse que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade porque, na medida em que eram tratados realmente como animais de carga, tanto aos olhos do reverendo quanto aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- b) Consoante tenha querido dizer com isso que fossem tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade, que, embora fossem tratados realmente como animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- c) Quando disse que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade à proporção que, se eram tratados realmente melhor que animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- d) Mesmo querendo dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade, porque, caso fossem tratados realmente pior que animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- e) Se quis dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade, porque, embora fossem tratados realmente como animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.

A um cavalo, se o adestra.

[Texto 1]

46) O fragmento em destaque, retirado do **Texto 1**, apresenta, em sua estrutura sintática, um pleonasma.

O mesmo procedimento se verifica em:

- a) A contar contra a sorte dos escravos, porém, estava o tráfico transatlântico intermitente.
- b) A alforria era muito mais recorrente aqui do que em outras áreas escravistas da América, coisa que singularizou em muito a nossa história.
- c) A outro homem, faz-se necessário convencê-lo.
- d) [...] o que contava mesmo, como ele disse, era a habilidade do senhor em infundir o medo, o terror, no espírito do escravo.
- e) Quando essas coisas eram ignoradas pelo proprietário, era problema na certa, que resultava quase sempre na fuga dos cativos.

Walsh pôde ver, pela primeira vez (quantos lugares o reverendo terá visitado?), indivíduos de cor preta desempenhando diversos papéis.

47) No período acima, retirado do Texto 1, a correta correlação entre classe gramatical e função sintática é apresentada em:

- a) quantos – advérbio interrogativo – sujeito
- b) diversos - pronome substantivo – objeto direto
- c) pela primeira vez – locução substantiva – adjunto adverbial
- d) pôde ver – locução adverbial – núcleo do predicativo
- e) de cor preta – locução adjetiva – adjunto adnominal

48) Dentre os períodos extraídos do **Texto 1**, observa-se a presença de uma oração subordinada substantiva completiva nominal em:

- a) Uma fonte histórica importante no estudo da escravidão no Brasil são os “relatos de viajantes”, geralmente de europeus que permaneciam algum tempo no Brasil.
- b) O chicote, o tronco, os ferros, o pelourinho, a concessão de pequenos privilégios e a esperança de um dia obter uma carta de alforria ajudaram o domínio senhorial no Brasil.
- c) Estive apenas algumas horas em terra e pela primeira vez pude observar um negro africano sob os quatro aspectos da sociedade.
- d) Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele.
- e) Assim, uma espécie de acordo foi o que ordenou as relações entre senhores e escravos.

Porque me faz lembrar de minha mãe.

[Texto 2]

49) Considerando o verbo lembrar, utilizado no fragmento em destaque, extraído do Texto 2, a construção que, embora frequente na linguagem coloquial, contraria a norma culta da Língua Portuguesa é:

- a) Ele não consegue ser responsável. Diariamente é preciso lembrá-lo de suas obrigações.
- b) Essa música nos faz lembrar de um tempo em que éramos realmente felizes.
- c) Embora a menina seja parecida com o pai, o jeito dela lembra muito a mãe.
- d) Ontem vi a Alice, que foi sua colega de escola. Você lembra dela?
- e) Nenhum deles é tem boa memória, de modo que precisamos lembrar-lhes os compromissos.

Ao contrário da linguagem jornalística, a literatura é o espaço privilegiado da conotação.

50) O fragmento do Texto 2 em que se verifica a presença da linguagem conotativa é:

- a) Não sabia que estava aí me escutando.
- b) Porque me faz lembrar de minha mãe, que eu não conheci.
- c) Oh! não; não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar.
- d) Não de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz.
- e) Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço.

Na linguagem, o silêncio, tanto quanto as palavras, pode ter enorme carga expressiva.

51) No texto 2, o fragmento em que as reticências expressam hesitação é:

- a) -- Isaura!... disse ela pousando de leve a delicada mãozinha sobre o ombro da cantora.
- b) Pois que tem isso?..., continua a cantar... tens a voz tão bonita!...
- c) -- Porque me faz lembrar de minha mãe, que eu não conheci, coitada!...
- d) não quero que a cantes mais, ouviste, Isaura?...
- e) *Gosto dela, porque acho-a bonita e porque... ah! não devo falar...*

Malvina aproximou-se de manso e sem ser pressentida para junto da cantora, colocando-se por detrás dela esperou que terminasse a última copla.

[Texto 2]

52) No fragmento destacado, a pontuação parcimoniosa provoca um efeito estético. Considerando as exigências sintáticas, o período estaria corretamente pontuado da seguinte maneira:

- a) Malvina aproximou-se de manso e, sem ser pressentida, para junto da cantora, colocando-se por detrás dela esperou, que terminasse a última copla.
- b) Malvina aproximou-se, de manso e sem ser pressentida, para junto da cantora; colocando-se por detrás dela, esperou que terminasse a última copla.
- c) Malvina aproximou-se; de manso, e sem ser pressentida para junto da cantora, colocando-se por detrás dela, esperou, que terminasse a última copla.
- d) Malvina aproximou-se, de manso e sem ser pressentida para junto da cantora, colocando-se por detrás dela; esperou que terminasse a última copla.
- e) Malvina aproximou-se de manso, e sem ser pressentida, para junto da cantora, colocando-se, por detrás dela, esperou que terminasse a última copla.

Bem sabes quanto minha boa sogra antes de expirar te recomendava a mim e a meu marido.

[Texto 2]

53) A regência do verbo recomendar, a exemplo de como foi empregado no fragmento do Texto 2, em destaque, está corretamente apresentada em:

- a) A tua boa sogra te recomendou aqueles professores exigentes.
- b) A minha boa sogra me recomendou a Vossa Senhoria.
- c) A nossa boa sogra nos recomendou à essas empresárias bem-sucedidas.
- d) A minha boa sogra te recomendou à nossas irmãs.
- e) A sua boa sogra lhes recomendou à você.

Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano.

[fala de Malvina, **Texto 2**]

Essa educação, que me deram, e essa beleza, que tanto me gabam, de que me servem?... são trastes de luxo colocados na senzala do africano.

[fala de Isaura, **Texto 2**]

54) A dicotomia existente entre as falas de Malvina e a de Isaura expressa uma tensão que se estabelece, sinteticamente, entre:

- a) aparência e essência
- b) justiça e injustiça.
- c) bondade e maldade.
- d) passado e futuro.
- e) Império e república.

És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano.

[**Texto 2**]

55) A fala de Malvina expressa a reprovável mentalidade da época, que parte de um ponto de vista branco e europeu, repleta, portanto, de um preconceito.

O resultado histórico desse preconceito pode ser visto no seguinte fragmento do Texto 3:

- a) Sancionada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi responsável pela libertação de cerca de um milhão de escravos ainda existentes no País.
- b) A primeira lei que busca fazer com que o Estado brasileiro inicie a longa caminhada para a construção da igualdade de oportunidades entre negros e não negros só veio a ser sancionada, em 2010, depois de dez anos de tramitação.
- c) Representou a longa campanha abolicionista de mais de 380 anos de lutas.
- d) Ressalte-se que não há correspondência na apropriação dos bens econômicos e culturais por parte dos descendentes de africanos na proporção de sua contribuição para o País.
- e) O Supremo Tribunal Federal foi instado a decidir sobre a adoção de cotas para pretos e pardos no ensino superior (...)

A mais alta Corte do país decidiu que estas ações afirmativas são constitucionais. Estabeleceu assim, uma espécie de artigo 2º na Lei Áurea, para assegurar o ingresso de pretos e pardos nas universidades públicas brasileiras. [Texto 3]

56) A figura de linguagem que dá sustentação à ideia principal do período acima, extraído do Texto 3, é:

- a) símile.
- b) anáfora.
- c) metáfora.
- d) metonímia.
- e) hipérbole.

No entanto, aos ex-cativos não foram assegurados os benefícios dados aos imigrantes (...)
[Texto 3]

57) As alterações realizadas no período em destaque estão de acordo com o preconizado pela variedade culta da língua em:

- a) aos ex-cativos não foram asseguradas a igualdade de tratamento e as oportunidades dadas aos imigrantes.
- b) aos ex-cativos não foram asseguradas a igualdade de tratamento e os benefícios dados aos imigrantes.
- c) aos ex-cativos não foi assegurada a igualdade de tratamento e os benefícios dada aos imigrantes.
- d) aos ex-cativos não foi assegurado o tratamento e as oportunidades dado aos imigrantes.
- e) aos ex-cativos não foi assegurado o tratamento e os benefícios dado aos imigrantes.

*O Supremo Tribunal Federal foi **instado** a decidir sobre a adoção de cotas (...)*

[Texto 3]

58) A substituição do termo grifado por um sinônimo permite reescrever da seguinte maneira:

- a) Solicitou-se ao Supremo Tribunal Federal que decidisse sobre a adoção de cotas.
- b) Notificou-se o Supremo Tribunal Federal a que decidisse sobre a adoção de cotas.
- c) Incitou-se o Supremo Tribunal Federal para que decidisse sobre a adoção de cotas.
- d) Compeliu-se o Supremo Tribunal Federal para que decidisse sobre a adoção de cotas.
- e) Intimou-se ao Supremo Tribunal Federal que decidisse sobre a adoção de cotas.

Quando essas coisas eram ignoradas pelo proprietário, era problema na certa

[Texto 1]

59) O fragmento acima guarda uma coerência interna entre as partes da sentença. Essa coerência é preservada em:

- a) Se essas coisas houvessem sido ignoradas pelo proprietário, teria sido problema na certa.
- b) À medida que essas coisas tenham sido ignoradas pelos proprietários, seria problema na certa.
- c) Sempre que essas coisas sejam ignoradas pelos proprietários, será problema na certa.
- d) Conquanto que essas coisas estejam sendo ignoradas pelos proprietários, terá sido problema na certa.
- e) Mesmo que essas coisas viessem a ter sido ignoradas pelos proprietários, haverão de ser problema na certa.

-- *Eu não, senhora; não tenho motivo... o que quero dizer com isto é que, apesar de todos esses dotes e vantagens, que me atribuem, sei conhecer o meu lugar.* [Texto 2]

60) No fragmento acima, o uso de vírgulas limitando a oração adjetiva produz um efeito semântico que pode ser descrito da seguinte maneira.

- a) Embora saiba o que dizem a respeito dela, Isaura continua se considerando uma escrava.
- b) Se Isaura não se queixa é porque reconhece o valor de seus dotes e vantagens no tipo de sociedade da época.
- c) Ainda que Isaura seja uma escrava, os atributos e as vantagens tornaram-na grata pelo que lhe deram.
- d) Mesmo conhecendo o que dizem a respeito dela, Isaura não compartilha do valor que a sociedade dá aos seus dotes e às suas vantagens.
- e) À medida que considera seus dotes e atributos, Isaura se sente impedida de reclamar, porque conhece seu lugar de escrava.

61) O termo utilizado para designar o conjunto de componentes que formam a parte física dos computadores é

- a) Teclado.
- b) Hardware.
- c) CPU.
- d) Mouse.
- e) Software.

62) O software utilizado para acessar uma página web na Internet é

- a) Um kit multimídia
- b) Um provedor de acesso
- c) Um navegador
- d) Editor de páginas web
- e) Facebook

63) Os *chats* podem ser caracterizados com o seguinte tipo de mecanismo de comunicação:

- a) tradicional
- b) síncrono
- c) seguro
- d) alternativo
- e) assíncrono

64) Em relação à Internet, pode-se afirmar que

- a) <http://www.mec.gov.br> é uma URL, ou seja, o endereço de correio eletrônico.
- b) Provedor de acesso é um software que permite a visualização de uma página na Internet.
- c) Não é possível anexar vídeos às mensagens de e-mail.
- d) Um exemplo de endereço de email inválido é cosea@unirio.br
- e) HTML é um padrão de editoração que permite criar páginas para a publicação na Internet.

65) Faça a correlação entre a 1ª e a 2ª colunas.

	1ª Coluna		2ª Coluna
1.	É um software que permite cálculos automáticos através de fórmulas em tabelas.	()	Internet Explorer
2.	Copiar o conteúdo de um arquivo residente em outro computador para o seu, independente da distância.	()	Planilhas Eletrônicas
3.	Página introdutória de um site.	()	Download
4.	Browser da Microsoft.	()	Login
5.	Processo de conexão à rede que inclui a identificação e senha de controle.	()	Homepage

A sequência **CORRETA** da correlação entre colunas é

- a) 5 – 1 – 2 – 3 – 4
- b) 3 – 5 – 2 – 1 – 4
- c) 4 – 1 – 2 – 5 – 3
- d) 2 – 1 – 5 – 2 – 4
- e) 1 – 2 – 4 – 5 – 1

66) A Lei 8.112/1990 e suas alterações dispõem sobre o

- a) regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- b) patrimônio e as finanças da administração direta e indireta, em cada um dos entes da federação.
- c) regime jurídico dos servidores públicos civis dos estados e do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas estaduais.
- d) procedimento de contratação de servidores públicos civis e militares de todos os entes federativos, em conformidade com a Constituição Federal.
- e) regime jurídico dos servidores públicos civis dos municípios, das autarquias e das fundações públicas municipais.

67) Para os efeitos da Lei 8.112/1990, servidor é

- a) todo aquele que foi aprovado em um concurso público em nível federal.
- b) a pessoa cujo concurso foi homologado pela autoridade pública competente.
- c) a pessoa legalmente investida em cargo público.
- d) todo aquele que foi aprovado em um concurso público em nível estadual.
- e) a pessoa legalmente investida em cargo público até o ano de 1990.

68) As três formas, simultâneas, de provimento de cargo público, conforme a Lei 8.112/1990 e suas alterações são

- a) recondução, promoção e concurso público.
- b) concurso público, reintegração e comissionamento.
- c) comissionamento, readaptação e reversão.
- d) nomeação, aproveitamento e recondução.
- e) reversão, concurso público e transferência.

69) O Título II da Lei 8.112/1990 e suas alterações tratam do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição dos cargos públicos. Nesses termos, são requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) a aptidão física e mental, a certidão negativa de débitos fiscais, a certidão negativa de antecedentes penais, a carteira de vacinação atualizada, o gozo dos direitos sociais, a idade mínima de vinte e um anos, o traslado da certidão de nascimento.
- b) o traslado da certidão de nascimento, o gozo dos direitos sociais, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais e a conclusão do Ensino Médio.
- c) a conclusão do Ensino Médio, a certidão negativa de débitos fiscais, a certidão negativa de antecedentes penais, a carteira de vacinação atualizada, o gozo dos direitos sociais, a idade mínima de vinte e um anos, o traslado da certidão de nascimento.
- d) a idade mínima de vinte e um anos, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
- e) a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.

70) Com relação ao prazo de validade dos Concursos Públicos, a afirmativa que está em perfeita consonância com os termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações é a seguinte:

- a) O concurso público terá validade de até 03 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- b) O concurso público terá validade de até 02 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- c) O concurso público terá validade de até 04 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- d) O concurso público terá validade de até 02 anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.
- e) O concurso público terá validade de até 03 anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.